


Nº DO PROCESSO	0008852/2023	DATA DE ENTRADA	27/04/2023 15:52:40
SETOR DO USUÁRIO			
COMISSÃO DE LICITAÇÃO			
ASSUNTO			
LICITAÇÃO / INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS			
COMPLEMENTO			
INTERPOSIÇÃO DE RECURSO - PP 07/2023			

REQUERENTE	
SOLUCOES SERVICOS TERCEIRIZADOS EIRELI	
TELEFONE	CORREIO ELETRÔNICO (EMAIL)
(11) 2618-6590	

[illegible]

	Estado do Rio de Janeiro Prefeitura Municipal de Maricá	Nº DO PROCESSO	DATA ABERTURA
		0008852/2023	27/04/2023 15:52:40
REQUERENTE			
SOLUCOES SERVICOS TERCEIRIZADOS EIRELI			
ASSUNTO			
LICITAÇÃO / INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS			
COMPLEMENTO			
INTERPOSIÇÃO DE RECURSO - PP 07/2023			



PREFEITURA DE MARICÁ
PROCESSO Nº: 8852/23
DATA DE INÍCIO: 27/04/23
CATEGORIA: FLS: 07

Matriz:
Tatuapé - SP
Rua Ivaí, 202 e 204 - Cep: 03080-010
☎ 11 2081-5590
🌐 www.solucoesdesenvolvimento.com.br
📱 @solucoesdesenvolvimento

ILUSTRÍSSIMA SENHORA PREGOEIRA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ

Ref.: Pregão Presencial nº 07/223
Processo Administrativo n.º 19911/2022

SOLUÇÕES SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob n.º 09.445.502/0001-09, com sede na rua Ivaí n.º 202, Tatuapé, São Paulo/SP, vem, mui respeitosamente, à presença de V. Sas., tendo por fundamento o inciso XVIII, do art. 4º da Lei Federal n.º 10.520/2002, ofertar, tempestivamente, suas

RAZÕES DE RECURSO ADMINISTRATIVO

em face da decisão que habilitou e decretou a vitória da empresa **MONÃ CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA.**, para os itens 01, 02, 03, 04 e 05, no certame citado na epígrafe, de acordo com as razões adiante expostas, requerendo seu recebimento, regular processamento e deferimento.

1. DA TEMPESTIVIDADE E DO CABIMENTO

A presente encontra-se embasada no art. 4º, XVII, da Lei Federal 10.520/02:

“Art. 4º A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras:

[...]

XVIII - declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;”

Da mesma forma, o edital de licitação em comento também previu a mesma regra, no seu item 13.1.1. do Edital:

“13.1.1 – O licitante deverá registrar em ata a síntese das suas razões, sob pena de perda do direito de recorrer, devendo obrigatoriamente apresentá-las por escrito no prazo de 3 (três) dias úteis, forma da Lei do Pregão.”

Considerando que o vencedor foi declarado na sessão pública do dia 24.04.2023, resta hialina a tempestividade do presente, motivo pelo qual deve ser **RECEBIDA** e devidamente **PROCESSADA**, e como se verá a seguir, **INTEGRALMENTE PROVIDA**.

2. SÍNTESE FÁTICA

Essa Municipalidade deflagrou procedimento licitatório na modalidade pregão presencial, almejando a *“contratação de empresa para a prestação de Serviços de Locação de Veículos, com motorista e sem combustível para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Maricá e de suas Secretarias”*.

Interessada em participar e, quiçá, sagrar-se vencedora do certame, esta empresa, doravante denominada simplesmente como Recorrente, separou toda a documentação habilitatória exigida e precificou a prestação de serviço, elaborando sua proposta comercial e apresentando a documentação de habilitação.

A sessão pública foi realizada no dia agendado e, ao final, a empresa MONÃ CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA., ora Recorrida, foi habilitada e declarou vencedora do certame.

Ocorre que, analisando a documentação apresentada pela Recorrida, esta Recorrente identificou que a empresa não atendeu as exigências de qualificação técnica, o que deveria ter resultado na sua inabilitação, sendo inequívoca a ilegalidade do ato administrativo ora guerreado.

Estes são os breves fatos que permeiam o referido certame, sendo **IMPERIOSA A REFORMA DO ATO ADMINISTRATIVO QUE HABILITOU A RECORRIDA** no certame em questão.

3. DO MÉRITO: DA NECESSIDADE DE INABILITAÇÃO DA EMPRESA RECORRIDA

A empresa Recorrida foi habilitada no certame por, supostamente, ter atendido todos os requisitos exigidos no Edital e, ao final, declarada vencedora, sendo

que, como dito no tópico anterior, ela não atendeu as condições preconizadas no instrumento convocatório quanto a demonstração de sua capacidade técnica, valendo aqui transcrever os referidos itens do Edital:

"C – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

C.1 – Declaração de que recebeu todos e documentos necessários para participar da licitação e de que tomou conhecimento de todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação.

C.2 – A Licitante deverá apresentar para comprovação da Qualificação Técnico-operacional os seguintes documentos:

*C.2.1. **01 (um) atestado, no mínimo, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da Licitante, que comprove a aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto deste Termo de Referência, de forma satisfatória, demonstrando que a Licitante gerencia ou gerenciou serviços de natureza similar;***

C.2.1.1. OS ATESTADOS DEVERÃO COMPROVAR QUE A LICITANTE ADMINISTRA OU ADMINISTROU SATISFATORIAMENTE OS SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS COM GESTÃO DE MÃO-DE-OBRA, COMPATÍVEIS COM O OBJETO LICITADO EM QUANTIDADE EQUIVALENTE A 50% (CINQUENTA POR CENTO) DO QUANTITATIVO DOS ITENS, até a data da abertura da sessão pública da licitação;

C.2.1.1.1. Para a comprovação da capacidade técnico-operacional da LICITANTE será aceito o somatório de atestados, sendo que os mesmos deverão ter sido expedidos após a conclusão dos contratos ou decorrido, pelo menos, 01 (um) ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior;

*C.2.1.1.2. A fim de comprovar os requisitos acima, a Licitante, caso julgue necessário, poderá encaminhar, juntamente com o(s) atestado(s), **cópias de contratos, Ordens de Serviços (devidamente assinadas), Notas de Empenho, Notas Fiscais/Faturas ou outros documentos equivalentes.***

C.3. Não há obrigatoriedade de que as nomenclaturas constantes do atestado sejam idênticas à utilizada na definição dos cargos ora tratados, contudo as informações neles inseridas deverão ser suficientes para que a área técnica da Contratante faça a aferição da compatibilidade dos profissionais/serviços com aqueles exigidos neste Termo de Referência. ". Grifo nosso.

Para o atendimento de tais exigências, a Recorrida apresentou atestado emitido pela Secretaria de Infraestrutura e Recursos Hídricos do Governo do Estado de Pernambuco, referente a prestação de serviços de **“COLETA DE AMOSTRAS DE ÁGUA PARA ANÁLISE FÍSICO-QUÍMICA E BACTERIOLÓGICA NA REDE DE DISTRIBUIÇÃO E SAÍDA DE ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ÁGUA E POÇOS”** (!?!?!?) E MESMO ASSIM FOI HABILITADA?!?!?!

Da simples leitura, não há qualquer evidência de mínima pertinência e compatibilidade dos serviços ora licitados, como dispõe o subitem as alíneas C.2.1. e C.2.1.1. do Edital!!!

Note-se como foi a composição da mão de obra alocada no atestado apresentado pela Recorrida:

Equipe Técnica:			
Nome	Atividade	Formação	Registro
Alex Valori	Gestor do Contrato	Ciências da Computação	CTF 6083182
Juliana Pessoa de Oliveira	Supervisora Técnica	Bióloga	CRBio 27.363/05
Edilene Betânia Brito	Analista Ambiental	Geógrafa	CREA 13.464/TD-DF
Kiev Martins	Consultor	Biólogo	CRBio 107.004/05
Maurício da Silva Souza	Consultor	Químico	CRQ 15.100.090
Paulo Henrique Souza	Consultor	Engenheiro Ambiental e de Segurança do Trabalho	CREA 15.800/D-DF
Túlio Leão Alvarenga	Responsável Técnico	Engenheiro Agrônomo	CREA 9736/D-DF
Wilker Melchiades Alvarenga	Coordenação	Engenheiro Ambiental e de Segurança do Trabalho	CREA 19.548/D-ES

Verifica-se, com clareza solar, que tal documento **NÃO ATESTA** que foram prestados SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS com alocação de mão de obra, leia-se, MOTORISTAS PROFISSIONAIS (CBO 7823-05, 7824-05 (CONFORME ITEM 3.2. DO EDITAL), para o TRANSPORTE DE PASSAGEIROS, INCLUINDO O TRANSPORTE ESCOLAR, mas sim que a Recorrida detém experiência nos serviços de COLETA DE ÁGUA E ANÁLISE DE AMOSTRAS DE ÁGUA PARA ANÁLISE FÍSICO-QUÍMICA E BACTERIOLÓGICA!

Permissa maxima venia, MAS É IMPOSSÍVEL QUERER CRER QUE HÁ EQUIVALÊNCIA DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS E CRIANÇAS COM O TRANSPORTE DE "AMOSTRAS DE ÁGUA", BEM COMO A RECORRIDA NÃO PROVA QUE TEM EXPERIÊNCIA NA LOCAÇÃO DE VEÍCULOS!!!!

Outrossim, É IMPOSSÍVEL CRER QUE HÁ EQUIVALÊNCIA OU PERTINÊNCIA E COMPATIBILIDADE DE UM MOTORISTA PROFISSIONAL PARA TRANSPORTE DE PASSAGEIROS E CRIANÇAS COM O FORNECIMENTO DE PROFISSIONAIS NAS ÁREAS DAS CIÊNCIAS DA COMPUTAÇÃO, BIOLÓGICAS, QUÍMICOS ETC.!!!

O instrumento convocatório é claro, a mão de obra a ser contratada é de **MOTORISTAS PROFISSIONAIS**, consoante o subitem 3.2., que vale aqui ser transcrito:

"3.2. A Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) da mão de obra a ser contratada são: 7823-05, 7824-05. "

Tais classificações são respectivamente:

"CBO 7823-05 – MOTORISTA DE CARRO DE PASSEIO

Descrição Sumária:

Dirigem e manobram veículos e transportam pessoas, cargas ou valores. realizam verificações e manutenções básicas do veículo e utilizam equipamentos e dispositivos especiais tais como sinalização sonora e luminosa, software de navegação e outros.

efetuem pagamentos e recebimentos e, no desempenho das atividades, utilizam-se de capacidades comunicativas. trabalham seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente.”

“CBO 7824 - MOTORISTAS DE ÔNIBUS URBANOS, METROPOLITANOS E RODOVIÁRIOS

Descrição Sumária

Conduzem e vistoriam ônibus e trólebus de transporte coletivo de passageiros urbanos, metropolitanos e ônibus rodoviários de longas distâncias; verificam itinerário de viagens; controlam o embarque e desembarque de passageiros e os orientam quanto a tarifas, itinerários, pontos de embarque e desembarque e procedimentos no interior do veículo. executam procedimentos para garantir segurança e o conforto dos passageiros. habilitam-se periodicamente para conduzir ônibus.”

Note-se que é impossível considerar tais serviços equivalente, pertinente com **COLETA DE AMOSTRA DE ÁGUA!**

Isto porque **MOTORISTAS PROFISSIONAIS** necessitam de habilitação CNH, com anotação para este fim, inclusive dependendo do veículo com outras habilitações e categorias, com a necessidade de regularidade na manutenção de exames toxicológicos, conforme legislação, além de treinamentos adequados, **SITUAÇÃO QUE NÃO É DEMONSTRADA NO ATESTADO APRESENTA PELA RECORRIDA.**

Outrossim, não foi demonstrar a experiência anterior da Recorrida na **GESTÃO DE FROTA LOCADA**, pois, muito embora possa se argumentar que ela demonstrou o “fornecimento de 30 veículos automotores para os profissionais das coletas” que, repita-se, **NÃO É O TRANSPORTE DE PASSAGEIROS E CRIANÇAS**, não consta que a empresa fazia a gestão de tais veículos, podendo estes serem facilmente locados para a concretização dos serviços de coleta de água (objeto do atestado e não a locação de veículos com fornecimento de motoristas profissionais), demonstrando que a Recorrida desconhece a complexidade para realizar o controle de frotas, rotas, quilometragem,

providências para manutenção dos veículos e a pronta substituição em casos de avarias etc.

Também não se pode olvidar que não há qualquer comprovação (tampouco poderia no atestado apresentado) que a Recorrida detém expertise no **TRANSPORTE ESCOLAR** mediante o fornecimento de veículos de 16 (dezesseis) lugares para uso específico.

Assim, é cristalino que a Recorrida descumpriu o Edital ao deixar de apresentar documentação expressamente prevista nele, de forma que **JAMAIS** poderia ter sido declarada habilitada, tampouco vencedora do certame, sob pena de violação do princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

Há uma necessidade primordial no respeito ao princípio basilar do direito administrativo nos processos licitatórios no que tange à vinculação ao edital, sendo certo que tal princípio tem supedâneo no art. 41 da Lei 8.666/93, como se vê:

“Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.” Grifo nosso.

A Administração tem o **DEVER** de respeitar aquilo que foi estabelecido pelo diploma editalício, não podendo, de forma alguma, esquivar-se das regras preliminarmente estabelecidas.

Tal princípio não é mera conveniência ou simples prerrogativa legal que pode ser facilmente descartada. Jaz aqui a fundamentação exordial de todo e qualquer certame. Jamais poderia se falar no desrespeito a tal princípio, este está atrelado, praticamente, a todos os demais princípios arrolados pela legislação, doutrina e aceitos pela jurisprudência. A Isonomia e o Julgamento Objetivo são exemplos de princípios adstritos diretamente àquele.

No dizer preciso do saudoso Hely Lopes Meirelles (in direito administrativo brasileiro, 19ª ed., Ed. Malheiros, pg. 260):

*“Edital – como lei interna da licitação vincula inteiramente a administração e os proponentes”
(na mesma obra, págs. 262 e 272)*

“O julgamento das propostas é ato vinculado às normas legais e ao estabelecido no edital, pelo que não pode a administração desviar-se do critério fixado, desconsiderando os fatores indicados ou considerando outros não admitidos, sob pena de invalidar o julgamento...”

“(...) julgamento regular é o que se faz em estrita consonância com as normas legais pertinentes e aos termos do edital, pois não é ato discricionário, mas vinculado”

E na mesma obra (pg. 249/250):

“Vinculação ao edital – a vinculação ao edital é o princípio básico de toda licitação. Nem se compreenderia que a Administração fixasse a forma e o modo de participação dos licitantes e, no julgamento se afastasse do estabelecido ou admitisse documentação ou proposta em desacordo com o solicitado. O edital é a lei interna da licitação e como tal, vincula aos seus termos tanto os licitantes quanto a Administração que o expediu”

Maria Sylvia Zanella di Pietro (in direito administrativo, 4ª ed., Ed.

Atlas, pg. 255):

“Daí a afirmação a qual o edital é a lei da licitação e, em consequência, a lei do contrato. Nem a Administração pode alterar as condições, nem o particular pode apresentar propostas ou documentação em desacordo com o exigido no ato de convocação sob pena de desclassificação ou inabilitação, respectivamente”

Toshio Mukai (In Licitações, Ed. Forense, 1ª ed., pg. 44):

“Qualquer condição levada em conta pela comissão, fruto de errônea e distorcida interpretação daquelas previstas no edital, é motivo para invalidação do julgamento”

Lembramos o feliz comentário do ilustre professor Marçal Justen Filho em sua obra (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Ed. Dialética, 7ª ed., pg. 360/361):

“Aquele que não apresenta os documentos ou os apresenta incompletos ou defeituosos descumpre seus deveres e deverá ser inabilitado”

Celso Antonio Bandeira de Mello (Curso de Direito Administrativo, 8ª ed., Ed. Malheiros, pg 355):

“O edital constitui-se no documento fundamental da licitação. Habitualmente se afirma em observação feliz, que é sua lei interna. Com efeito, abaixo da legislação pertinente à matéria, é o edital que estabelece as regras específicas de cada licitação. A Administração fica estritamente vinculada às normas e condições nele estabelecidas, das quais não pode se afastar (art. 41). Embora não seja exaustivo, pois normas anteriores e posteriores o contemplam, ainda que não reproduzidas em seu texto, como bem diz Hely Lopes Meirelles, o edital é a matriz da licitação e do contrato; daí não se pode exigir ou dividir além ou aquém do edital”

A jurisprudência do E. Tribunal de Justiça de São Paulo é no mesmo sentido. Vejamos:

“MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. PREGÃO. ATO DO PREGOEIRO. HABILITAÇÃO DE LICITANTE EM DESACORDO COM O EDITAL. AFRONTA AO PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. O Edital como “lei interna” da licitação deve sobrepor-se aos interessados de forma a assegurar a lisura, transparência e isonomia no que diz respeito ao cumprimento dos seus requisitos e exigências, tudo direcionado ao interesse público. Recurso não provido.” Grifamos.

(TJ-SP - APL: 00048699420098260000 SP 0004869-94.2009.8.26.0000, Relator: Camargo Pereira, Data de Julgamento: 29/07/2014, 3ª Câmara de Direito Público, Data de Publicação: 08/08/2014)

Não é diferente o entendimento do Tribunal do Rio Grande do Sul e do Tribunal Regional Federal da 1ª Região:

“DIREITO ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO.

Por força do princípio da vinculação do instrumento convocatório (art. 41 da Lei n. 8.666/93), não pode a Administração deixar de cumprir as normas constantes no edital de licitação, nem o particular se abster de atender às exigências ali estabelecidas.

Assim, não se verifica a ocorrência de fumus boni iuris e periculum in mora. O indeferimento da liminar fica mantido. AGRAVO DE INSTRUMENTO DESPROVIDO.

(Agravo de Instrumento Nº 70056903388, Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: João Barcelos de Souza Junior, Julgado em 04/12/2013)

Conjugando a regra do art. 41 com aquela do art. 4º [Lei nº 8.666/93], **pode-se afirmar a estrita vinculação da Administração ao edital, seja quanto a regras de fundo quanto àquelas de procedimento. (...) O descumprimento a qualquer regra do edital deverá ser reprimido, inclusive através dos instrumentos de controle interno da Administração Pública.** Nem mesmo o vício do edital justifica a pretensão de ignorar a disciplina por ele veiculada. Se a Administração reputar viciadas ou inadequadas as regras contidas no edital, não lhe é facultado pura e simplesmente ignorá-las ou alterá-las (...)” (Justen Filho, Marçal; Comentários à lei de licitações e contratos administrativos; 8ª ed., São Paulo, Dialética, comentários ao art. 41, pgs. 417/420). A conduta da Administração na condução do pleito foi de estrita observância e vinculação ao edital, sendo o direito prejudicado pertencente a terceiro que não observou as prescrições editalícias, sendo descabida a pretensão de beneficiar-se de sua desídia. ”. *Grifamos.*

(AC 200232000009391)

A apresentação de toda documentação para a **habilitação e classificação**, na forma discriminada no ato convocatório, é peremptória a todos os

licitantes, face à isonomia que deve prevalecer nos trabalhos e, uma vez que tal documentação é apresentada, **não cabe às autoridades julgadoras inovarem os termos do Edital, aceitando documentos diversos daqueles exigidos**, estando estas também vinculadas ao Edital.

Desse modo, como a Sra. Pregoeira habilitou a Recorrida, mesmo esta não tendo apresentado prova de sua capacidade técnica e experiência anterior nos serviços ora licitados, nos termos **EXIGIDOS PELO EDITAL DE LICITAÇÃO**, resta, **VIOLADO O PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO**, sendo gritante **TAMANHA ILEGALIDADE**, urgindo a reforma da decisão de habilitação.

Por fim, não se pode perder de vista que, ao admitir uma empresa que tem experiência em coleta de água e não de transporte de passageiros e principalmente ALUNOS DA REDE PÚBLICA, a Administração atua de forma temerária, pois ao contratar uma empresa que não detém experiência mímica para os serviços licitados, ela chama a responsabilidade para si, diante de um eventual acidente praticado pela imperícia da mão de obra alocada, **URGINDO A NECESSIDADE DA REFORMA DO ATO ORA COMBATIDO, PARA O ATENDIMENTO DO VERDADEIRO INTERESSES PÚBLICO, QUAL SEJA, O DA COLETIVIDADE!**

6. DOS PEDIDOS

Ante todo o exposto, requer-se o recebimento do presente **RECURSO ADMINISTRATIVO** e seu regular processamento, para que no mérito, seja-lhe dado **INTEGRAL PROVIMENTO**, de forma a **INABILITAR A MONÃ CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA.**, retomando o certame com as demais licitantes remanescentes, nos termos do inciso XIX, do art. 4º da Lei 10.520/02, sendo esta a única forma de se alcançar a tão almejada **JUSTIÇA!!!**

Não sobrevivendo este entendimento, requer-se o encaminhamento para a Autoridade Superior competente, para que aprecie seu mérito.

Nestes termos,

P.E. Deferimento.

São Paulo, 27 de abril de 2023.

GUSTAVO

MARTINS DE

GODOY:40280973

802

Assinado de forma digital

por GUSTAVO MARTINS

DE GODOY:40280973802

Dados: 2023.04.27

14:22:44 -03'00'

SOLUÇÕES SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA.

GUSTAVO MARTINS DE GODOY

RG. 38.775.300-X SSP/SP]

JUCESP

JUCESP PROTOCOLO
0.606.958/23-0

SOLUÇÕES SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA.

CNPJ/MF nº 09.445.502/0001-09

NIRE nº 3522212811-8

28ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

PREFEITURA DE MARICÁ
PROCESSO Nº: 8852/23
DATA DE INÍCIO: 27/04/23
FABRICA: FLS: 16

Pelo presente instrumento particular de alteração do contrato social da sociedade empresária limitada **SOLUÇÕES SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA.**, com sede e foro na Rua Ivaí, nº 202, sala B, Tatuapé, São Paulo/SP - CEP: 03080-010, inscrita no CNPJ 09.445.502/0001-09 e com contrato social registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP sob o NIRE nº 3522212811-8, em sessão de 01 de novembro de 2012 e última alteração datada de 02 de março de 2023, o sócio abaixo qualificado:

GUSTAVO MARTINS DE GODOY, brasileiro, solteiro, empresário, nascido em 24/12/1996, portador da cédula de identidade RG nº 38.775.300-X expedida em 01/08/2014 pela SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 402.809.738-02, residente e domiciliado Rua Carlito, nº 416, Casa 01, Chácara Belenzinho, São Paulo - SP, CEP 03378-000, sócio da empresa qualificada no parágrafo precedente, resolve na melhor forma de direito ALTERAR e CONSOLIDAR o Contrato Social da Empresa, acima qualificada, deliberando pelas cláusulas subsequentes:

I – Fica alterada a atividade da filial UNIDADE RIO DE JANEIRO/RJ: na Avenida Brasil, nº 28.340, Realengo, Rio de Janeiro/RJ, CEP 21730-231, com capital destacado de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), inscrita no NIRE JUCERJA nº 33.901.435.641 em 29/06/2017 e no CNPJ nº 09.445.502/0010-91 que passa a explorar as seguintes atividades

Objeto social da Unidade Rio de Janeiro/RJ:

Prestação de serviços de:

- Serviços de copa e cozinha em escolas, indústrias, hospitais, repartições públicas e comércio;
- Serviços contínuos de manipulação de alimentos, incluindo o preparo de refeições e sua distribuição em escolas, indústrias, hospitais, repartições públicas e comércio, com ou sem fornecimento de materiais, equipamentos e insumos de alimentos e serviços correlatos não especificados anteriormente;
- Armazenamento próprio de gêneros alimentícios;
- Exploração do ramo de restaurante comercial, lanchonete e loja de conveniência e similares em estabelecimento de terceiros, vias públicas e em locais de grande circulação de pessoas como aeroportos, metrô e estações rodoviárias, ferroviária e portuária;
- Padaria Industrial.
- Locação de automóveis
- Transporte escolar
- Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, intermunicipal em região metropolitana.

JUN 23

27/04/23

PREFEITURA DE MARICÁ
PROCESSO Nº: 8852/23
DATA DE INÍCIO: 27/04/23
MUNICÍPIO: MARICÁ FLS: 17

II – Por meio deste instrumento o sócio decide criar as seguintes filiais:

UNIDADE CAMPINAS – UNICAMP (RS): Rua Saturnino de Brito, 104, Cidade Universitária, Campinas – SP, CEP 13083-889 com Capital social destacado no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta Mil Reais)

UNIDADE CAMPINAS – UNICAMP (RU): Avenida Érico Veríssimo, 50, Cidade Universitária, Campinas – SP, CEP 13083-851 com Capital social destacado no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta Mil Reais)

UNIDADE CAMPINAS – UNICAMP (LIMEIRA): Rua Pedro Zaccaria, 1300, Jardim Paulista, Limeira – SP, CEP 13484-419 com Capital social destacado no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta Mil Reais)

Que terão como objeto social destacado a Prestação de serviços de:

- Serviços de copa e cozinha em escolas, indústrias, hospitais, repartições públicas e comércio;
- Serviços contínuos de manipulação de alimentos, incluindo o preparo de refeições e sua distribuição em escolas, indústrias, hospitais, repartições públicas e comércio, com ou sem fornecimento de materiais, equipamentos e insumos de alimentos e serviços correlatos não especificados anteriormente;
- Armazenamento próprio de gêneros alimentícios;
- Exploração do ramo de restaurante comercial, lanchonete e loja de conveniência e similares em estabelecimento de terceiros, vias públicas e em locais de grande circulação de pessoas como aeroportos, metrô e estações rodoviárias, ferroviária e portuária.

Como resultado das deliberações precedentes, o sócio delibera pela consolidação e ratificação do contrato social da Empresa, que passa a vigorar com a seguinte redação:

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DE SOLUÇÕES SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA.

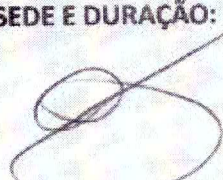
CNPJ/MF nº 09.445.502/0001-09

NIRE nº 3522212811-8

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, a PARTE a seguir qualificada:

GUSTAVO MARTINS DE GODOY, brasileiro, solteiro, empresário, nascido em 24/12/1996, portador da cédula de identidade RG nº 38.775.300-X expedida em 01/08/2014 pela SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 402.809.738-02, residente e domiciliado Rua Carlito, nº 416, Casa 01, Chácara Belenzinho, São Paulo – SP, CEP 03378-000, sócio da empresa **SOLUÇÕES SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 09.445.502/0001-09, com sede na Rua Ivaí, nº 202, Sala B, Tatuapé, São Paulo/ SP, CEP 03080-010, resolve na melhor forma de direito CONSOLIDAR o Contrato Social da Empresa, deliberando pelas cláusulas subsequentes:

I – DA DENOMINAÇÃO, SEDE E DURAÇÃO:



JUCESP

PREFEITURA DE MARICÁ
PROCESSO Nº: 8862/23
DATA DE INÍCIO: 27/04/23
MUNICÍPIO: MARICÁ FLS: 19

CLÁUSULA PRIMEIRA - A sociedade girará sob o nome empresarial **SOLUÇÕES SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA**, regendo-se pelo presente contrato e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis

CLÁUSULA SEGUNDA - A empresa tem sua sede social na Rua Ivaí, nº 202, sala B, Tatuapé, São Paulo/SP - CEP: 03080-010, e as filiais descritas nos parágrafos subsequentes, podendo a qualquer tempo, a critério de seu sócio, abrir ou fechar filiais ou outras dependências em qualquer parte do território nacional, atribuindo-lhes capital autônomo, conforme Legislação vigente à época.

Parágrafo único: a empresa possui as seguintes filiais, listadas abaixo:

UNIDADE TATUAPÉ/SP: na Rua Ivaí, nº 202, Sala A, Tatuapé, São Paulo/SP, CEP: 03080-010, com capital destacado de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), inscrita no NIRE JUCESP 35.905.881.531 em 17/07/2019 e no CNPJ nº 09.445.502/0014-15.

UNIDADE RIO VERDE/GO: na Rua Só o Amor Constrói, nº 1430, Quadra 10, Lotes 01, 02 e 03, Bairro Primavera, Rio Verde/GO, CEP 75904 848, com capital destacado de R\$ 50 000 00 (cinquenta mil reais), inscrita no NIRE JUCEG nº 52.900.729.549 em 06/05/2016 e no CNPJ nº 09.445.502/0004-43.

UNIDADE VITÓRIA/ES: na Rua Dom Pedro I, nº 444, 2º Pavimento, Maruípe, Vitória/ES, CEP: 29043-190, com capital destacado de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), inscrita no NIRE JUCEES nº 32.900.501.509 em 19/05/2016 e no CNPJ nº 09.445.502/0005-24.

UNIDADE ARAÇATUBA/SP: na Rua Humberto Bergamaschi, nº 1.502, Salão 02, Bairro Planalto, Araçatuba/SP, CEP: 16075-030, com capital destacado de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), inscrita no NIRE JUCESP nº 35.905.220.403 em 14/10/2016 e no CNPJ nº 09.445.502/0007-96.

UNIDADE CARUARU/PE: na Rua Rodrigues de Abreu, nº 399, Mauricio de Nassau, Caruaru/PE, CEP 55014-310, com capital destacado de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), inscrita no NIRE JUCEPE nº 26.900.721.865 em 05/05/2017 e no CNPJ nº 09.445.502/0009-58.

UNIDADE RIO DE JANEIRO/RJ: na Avenida Brasil, nº 28.340, Realengo, Rio de Janeiro/RJ, CEP 21730-231, com capital destacado de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), inscrita no NIRE JUCERJA nº 33.901.435.641 em 29/06/2017 e no CNPJ nº 09.445.502/0010-91.

UNIDADE ARARAQUARA/SP: na Avenida São José, nº 369, Centro, Araraquara/SP, CEP 14800-410, com capital destacado de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), inscrita no NIRE JUCESP nº 35.905.351.541 em 15/09/2017 e no CNPJ nº 09.445.502/0011-72.

UNIDADE IPORÁ/GO: na Avenida Tiradentes, nº 311, com Rua B, Quadra C, Lote 05, Bairro Expansão do Loteamento Moreira, CEP: 76200-000, Iporá/GO, com capital destacado de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), inscrita no NIRE JUCEG nº 52.900.948.933 em 25/09/2017 e no CNPJ nº 09.445.502/0012-53.

JUCESP

FEITURA DE MARCÁ
PROCESSO Nº: 8852/23
DATA DE INÍCIO: 27/04/23
MUNICÍPIO: MARICÁ FLS: 19

UNIDADE SALVADOR/BA: na Rua da Indonésia, nº 1.081, galpão 7, Granjas Rurais Presidente Vargas, Porto Seguro/BA, CEP: 41230-020, com capital destacado de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), inscrita no NIRE JUCESP nº 29.902.006.554 em 06/02/2020 e no CNPJ nº 09.445.502/0016-87.

UNIDADE GUARULHOS/SP: na Rua Engenheiro Albert Leimer, nº 545, Bairro Jardim São Geraldo, CEP 07140-020, com capital destacado de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), inscrita no NIRE JUCESP nº 35.905.989.189 em 06/02/2020 e no CNPJ nº 09.445.502/0015-04.

UNIDADE ITAJAÍ/SC I: Rua Pedro João Pinto, nº 380, Bairro: Canhanduba, Itajaí/SC, CEP: 88307-770, Complexo Penitenciário – Cozinha Central, com capital social destacado de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), inscrita no NIRE JUCESP nº 42.902.053.901 em 04/05/2021 e no CNPJ nº 09.445.502/0017-68.

UNIDADE ITABERAÍ/GO: Av. Goiás, nº 01, quadra 01, Lote 02/03, bairro: Antonio Severino Coelho, Itaberaí/GO, CEP: 76630-000, com capital social destacado de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), inscrita no NIRE JUCESP nº 52.901.623.086 em 29/06/2021 e no CNPJ nº 09.445.502/0018-49.

UNIDADE UBERABA/MG: Av. Deputado José Marcus Cherem, nº 1.428, Vila São Cristóvão, CEP: 38040-500, Uberaba/MG, com capital social destacado de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), inscrita no NIRE JUCESP nº 31.920.071.142 em 03/03/2022 e no CNPJ nº 09.445.502/0019-20.

UNIDADE ITAJAÍ/SC II: Av. Coronel Marcos Konder, nº 805, salas 1.204 e 1.205, Centro, Itajaí/SC, CEP: 88301-300, com capital social destacado de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), inscrita no NIRE JUCESP nº 42.902.086.078 em 06/05/2022 e no CNPJ nº 09.445.502/0020-63.

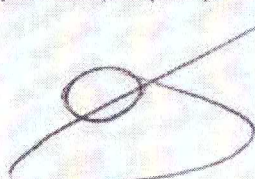
UNIDADE SÃO LUIS/MA: Rua das Mitras, nº 2, apto. 804, Jardim Renascença, São Luís/MA, CEP: 65075-770, com capital social destacado de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), inscrita no NIRE JUCESP nº 21.900.598.601 em 06/05/2022 e no CNPJ nº 09.445.502/0021-44.

UNIDADE PORTO SEGURO/BA: Praça Dr. Antônio Carlos Magalhães, nº 110, centro, Porto Seguro/BA, CEP: 45810-000, com capital social destacado de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), inscrita no NIRE JUCESP nº 29.902.048.869 em 01/08/2022 e no CNPJ nº 09.445.502/0022-25.

UNIDADE CAMPINAS – UNICAMP (RS): Rua Saturnino de Brito, 104, Cidade Universitária, Campinas – SP, CEP 13083-889 com Capital social destacado no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta Mil Reais)

UNIDADE CAMPINAS – UNICAMP (RU): Avenida Érico Veríssimo, 50, Cidade Universitária, Campinas - SP, CEP 13083-851 com Capital social destacado no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta Mil Reais)

UNIDADE CAMPINAS – UNICAMP (LIMEIRA): Rua Pedro Zaccaria, 1300, Jardim Paulista, Limeira – SP, CEP 13484-419 com Capital social destacado no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta Mil Reais)



JUICE SP

2007 03 23

PREFEITURA DE MARICÁ
PROCESSO Nº: 8852/23
DATA DE INÍCIO: 27/04/23
MUNICÍPIO: MARICÁ FLS: 20

CLÁUSULA TERCEIRA - A empresa iniciou suas atividades em 11 de dezembro de 2007 e vigorará por prazo indeterminado.

II - DO OBJETO E DO CAPITAL SOCIAL

CLÁUSULA QUARTA - A empresa tem por objeto social:

Objeto social da Unidade Matriz, Tatuapé/SP, Vitória/ES, Araçatuba/SP, Guarulhos/SP:

Prestação de serviços de:

- Limpeza, asseio e conservação de imóveis comuns, públicos e hospitalares, inclusive vias públicas, parques e jardins.
- Varrição, coleta, remoção, tratamento, reciclagem, incineração e beneficiamento do lixo domiciliar, industrial e hospitalar.
- Serviços de limpeza, lavagem, tingimento, alvejamento e acabamento e manutenção de roupas e enxovais hospitalares, escolares, prisionais; uniformes profissionais de quaisquer tipos para outros estabelecimentos públicos e privados.
- Paisagismo, jardinagem, roçada mecanizada, poda de grama, rastelagem de prédios residenciais, prédios públicos e semipúblicos como escolas, hospitais, igrejas, parques municipais, cemitérios, áreas verdes, prédios industriais e comerciais.
- Serviços de sepultamentos, exumações, permutas, renumações, limpezas diversas e demais atividades correlatas, com fornecimento de materiais e equipamentos necessários.
- Montagem de carneiros pré-moldados, com abertura, nivelamento e compactação de valas e serviços correlatos, em Cemitérios Públicos e Particulares.
- Serviços funerários, plano funerário, gerenciamento e administração de cemitérios públicos ou particulares.
- Dedetização, desinfecção, desratização, ignifugação.
- Tratamento, manutenção e limpeza de reservatórios, caixa d'água, de piscinas, e imunização e controle de pragas urbanas.
- Fornecimento de mão-de-obra não incluída na lei 6.019/74, qualificada para serviços de mensageiros, carregador, empacotador, repositor, montador, auxiliares e ajudantes de serviços gerais, controladores de acesso, porteiros, atendentes, auxiliar administrativo/escritório, auxiliar de departamento pessoal, auxiliar de monitoramento, auxiliar de manutenção, copeira, demonstradora, fiscal de loja, fiscal de piso, fiscal de caixa, recepcionista, monitor aquático, operador de varredeira motorizada, técnico em desentupimento, auxiliar em desentupimento, zeladores, jardineiro, auxiliar de jardinagem, operador de roçadeira, operador de moto serra, capinador de córregos, ajudante de jardinagem, ascensoristas, recepcionistas, telefonistas, escrivães, digitadores, manobristas, motoristas, operadores de máquinas, copeiros, garçons, agentes de saúde, enfermeiros, pedreiros, eletricitas, pintores, marceneiros, serviços de bombeiro civil, cuidadores de crianças e idosos com ou sem limitações e deficiências de quaisquer espécies e outros.
- Assessoria, planejamento e consultoria técnica administrativa na área de Recursos Humanos.

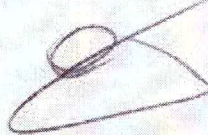
11111111

11111111

1111

PREFEITURA DE MARICÁ
PROCESSO Nº: 8852/23
DATA DE INÍCIO: 27/04/23
MUNICÍPIO: MARICÁ FLS: 21

- Atividades de teleatendimento, ativo e receptivo, teleatendimento e atendimento em geral, utilizando plataforma tecnológica multicanal (rede de comunicações, fax, telefone, web, carta, celular, aplicativos, entre outros).
- Empreendimento em comunicação e marketing.
- Serviços de cobrança.
- Prestação de serviços de apoio administrativo com fornecimento de mão-de-obra para atendimento.
- Construção e reparo de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação, corte e religação de ramais de água e esgoto, substituição de hidrômetros, medição de consumo e emissão de contas de água e eletricidade por meio manual ou dispositivo eletrônico.
- Construção civil, de edificações, incorporações, obras de arte, reforma e manutenção predial e de instalações, de edifícios comuns, públicos, hospitalares ou industriais.
- A construção de rodovias e ferrovias, assim compreendida a recuperação de autoestradas, rodovias e outras vias não-urbanas, inclusive pistas de aeroportos, para passagem de veículos, e a construção e recuperação de vias férreas de superfície ou subterrâneas, inclusive para metropolitanos (preparação do leito, colocação dos trilhos e atividades correlatas), bem como a pavimentação de autoestradas, rodovias e outras vias não-urbanas, pontes, viadutos e túneis, inclusive em pistas de aeroportos, a instalação de barreiras acústicas e também a construção de praças de pedágio.
- Obras de urbanização de ruas, praças e calçadas, assim entendida a construção e recuperação de vias urbanas, ruas e locais para estacionamento de veículos, praças e calçadas para pedestres, trabalhos de superfície e pavimentação em vias urbanas, ruas, praças e calçadas, sinalização com pintura em vias urbanas, ruas e locais para estacionamento de veículos.
- Construção e reparação de obras de arte especiais, inclusive, construção e recuperação de pontes, viadutos, elevados, passarelas, e a construção de túneis (urbanos, em rodovias, ferrovias, metropolitanos).
- Construção de instalações esportivas e recreativas, tais como pistas de competição, quadras esportivas, piscinas olímpicas e outras construções similares.
- Preparação de canteiro e limpeza de terreno.
- Perfurações e sondagens, destinadas à construção e perfurações e furos para investigação do solo e núcleo para fins de construção, com propósitos geofísicos, geológicos e similares.
- Obras de terraplanagem, fundações, pavimentação de estradas e vias urbanas, obras de arte.
- Gerenciamento da elaboração de projetos de engenharia, elaboração do projeto executivo, gerenciamento, supervisão e fiscalização de obras e serviços de engenharia.
- Administração, gerenciamento e execução de obras, através de contrato de construção, por contrato e as atividades de direção e a responsabilidade técnica de obras.
- Obras de alvenaria.
- Outras obras de engenharia civil não especificadas anteriormente.
- Escritório de engenharia.
- Atividades relacionadas à gestão e operação de estacionamento de veículos e praças de pedágio.
- Administração de frotas de veículos.



JUL 2023

21 03 23

PREFEITURA DE MARICÁ
PROCESSO Nº: 8852/23
DATA DE INÍCIO: 27/04/23
MUNICÍPIO: MARICÁ FLS: 22

- Fornecimento de serviços de manutenção de frota de forma preventiva e corretiva, com mão de obra e equipamentos, feito por terceiros.
- Locação de veículos leves, semi-leves e pesados com ou sem motorista.
- Locação de carretas, caminhões, pás carregadeiras, empilhadeiras, guindastes, máquinas e afins, com ou sem motorista.
- Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, intermunicipal, interestadual e internacional.
- Transporte escolar, mudança e transporte rodoviário de cargas, municipal, intermunicipal, interestadual, internacional, exceto produtos perigosos.
- Serviços de copa e cozinha em escolas, indústrias, hospitais, repartições públicas e comércio.
- Serviços contínuos de manipulação de alimentos, incluindo o preparo de refeições e sua distribuição em escolas, indústrias, hospitais, repartições públicas e comércio, com ou sem fornecimento de materiais, equipamentos e insumos de alimentos e serviços correlatos não especificados anteriormente.
- Preparo, fornecimento e distribuição de refeições prontas, semiprontas, ou congeladas a empresas públicas e privadas.
- Comércio varejista de água mineral.
- Atendimentos e preparo de alimentos para animais silvestres, prestação de serviço de preservação e recuperação do meio ambiente.
- Exploração do ramo de restaurante comercial, lanchonete e loja de conveniência e similares em estabelecimento de terceiros, vias públicas e em locais de grande circulação de pessoas como aeroportos, metrô e estações rodoviárias, ferroviária e portuária.
- Armazenamento próprio de gêneros alimentícios.
- Participação em programas de privatizações, concessões e/ou cogestão, e parcerias público-privadas, em unidades do sistema prisional, hospitais, aeroportos, cemitérios municipais, portos, terminais rodoviários, ferrovias, hidrovias, rodovias federais, estaduais e/ou municipais, equipamentos públicos de atendimento ao cidadão, por conta própria ou em consórcio com outras empresas, podendo a gestão operacional ser compartilhada ou não.
- Serviços de monitoramento eletrônico, podendo ser operacional ou de segurança de bens ou pessoas.
- Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial, treinamento em diversas atividades não especificadas, ensino de arte e cultura, outras atividades de ensino não especificadas.
- Participação e/ou representação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras.

Objeto social da Unidade Caruaru/PE:

Prestação de serviços de:

- Serviços de copa e cozinha em escolas, indústrias, hospitais, repartições públicas e comércio;
- Limpeza, asseio e conservação de imóveis comuns, públicos e hospitalares, inclusive vias públicas, parques e jardins;
- Serviços contínuos de manipulação e comércio de alimentos, incluindo o preparo de refeições e sua distribuição em escolas, indústrias, hospitais, repartições públicas, com ou sem fornecimento

JUL 2023

27 04 23

PREFEITURA DE MARICÁ
PROCESSO Nº: 8152/23
DATA DE INÍCIO: 27/04/23
MUNICÍPIO: MARICÁ FLS: 23

de materiais, equipamentos e insumos de alimentos e serviços correlatos não especificados anteriormente;

- Armazenamento próprio de gêneros alimentícios;

Objeto social da Unidade Araraquara/SP:

Prestação de serviços de:

- Limpeza, asseio e conservação de imóveis comuns, públicos e hospitalares, inclusive vias públicas, parques e jardins;
- Dedetização, desinfecção, desratização, ignifugação;
- Tratamento, manutenção e limpeza de reservatórios, caixa d'água, de piscinas, e imunização e controle de pragas urbanas.

Objeto social da Unidade Rio Verde/GO, Itajaí/SC I, Itaberaí/GO e Itajaí/SC II:

Prestação de serviços de:

- Serviços de copa e cozinha em escolas, indústrias, hospitais, repartições públicas e comércio;
- Serviços contínuos de manipulação de alimentos, incluindo o preparo de refeições e sua distribuição em escolas, indústrias, hospitais, repartições públicas e comércio, com ou sem fornecimento de materiais, equipamentos e insumos de alimentos e serviços correlatos não especificados anteriormente;
- Armazenamento próprio de gêneros alimentícios;
- Exploração do ramo de restaurante comercial, lanchonete e loja de conveniência e similares em estabelecimento de terceiros, vias públicas e em locais de grande circulação de pessoas como aeroportos, metrô e estações rodoviárias, ferroviária e portuária;
- Limpeza, asseio e conservação de imóveis comuns, públicos e hospitalares, inclusive vias públicas, parques e jardins;
- Assessoria, planejamento e consultoria técnica administrativa na área de recursos humanos;
- Locação de veículos leves, semi-leves e pesados com ou sem motorista;
- Paisagismo, jardinagem, roçada mecanizada, poda de grama, rastelagem de prédios residenciais, prédios públicos e semipúblicos como escolas, hospitais, igrejas, parques municipais, cemitérios, áreas verdes, prédios industriais e comerciais;
- Escritório de engenharia.

Objeto social da Unidade Iporá/GO, Uberaba/MG e Porto Seguro/BA, Campinas RU/SP, Capinas RS/SP, Campinas Limeira:

Prestação de serviços de:

- Serviços de copa e cozinha em escolas, indústrias, hospitais, repartições públicas e comércio;
- Serviços contínuos de manipulação de alimentos, incluindo o preparo de refeições e sua distribuição em escolas, indústrias, hospitais, repartições públicas e comércio, com ou sem fornecimento de materiais, equipamentos e insumos de alimentos e serviços correlatos não

JUL 27
21 03 23

PREFEITURA DE MARICÁ
PROCESSO Nº: 8652/23
DATA DE INÍCIO: 27/04/23
MUNICÍPIO: MARICÁ FLS: 24

especificados anteriormente;

- Armazenamento próprio de gêneros alimentícios;
- Exploração do ramo de restaurante comercial, lanchonete e loja de conveniência e similares em estabelecimento de terceiros, vias públicas e em locais de grande circulação de pessoas como aeroportos, metrô e estações rodoviárias, ferroviária e portuária.

Objeto social da Unidade Rio de Janeiro/RJ:

Prestação de serviços de:

- Serviços de copa e cozinha em escolas, indústrias, hospitais, repartições públicas e comércio;
- Serviços contínuos de manipulação de alimentos, incluindo o preparo de refeições e sua distribuição em escolas, indústrias, hospitais, repartições públicas e comércio, com ou sem fornecimento de materiais, equipamentos e insumos de alimentos e serviços correlatos não especificados anteriormente;
- Armazenamento próprio de gêneros alimentícios;
- Exploração do ramo de restaurante comercial, lanchonete e loja de conveniência e similares em estabelecimento de terceiros, vias públicas e em locais de grande circulação de pessoas como aeroportos, metrô e estações rodoviárias, ferroviária e portuária;
- Padaria Industrial.
- Locação de automóveis
- Transporte escolar
- Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, intermunicipal em região metropolitana.

Objeto social da Unidade Salvador/BA:

Prestação de serviços de:

- Serviços de copa e cozinha em escolas, indústrias, hospitais, repartições públicas e comércio;
- Serviços contínuos de manipulação de alimentos, incluindo o preparo de refeições e sua distribuição em escolas, indústrias, hospitais, repartições públicas e comércio, com ou sem fornecimento de materiais, equipamentos e insumos de alimentos e serviços correlatos não especificados anteriormente;
- Armazenamento próprio de gêneros alimentícios;
- Limpeza, asseio e conservação de imóveis comuns, públicos e hospitalares, inclusive vias públicas, parques e jardins.

Objeto social da Unidade São Luís/MA:

- Serviços de copa e cozinha em escolas, indústrias, hospitais, repartições públicas e comércio;
- Limpeza, asseio e conservação de imóveis comuns, públicos e hospitalares, inclusive vias públicas, parques e jardins;

JUL 23

21 03 23

PREFEITURA DE MARICÁ
PROCESSO Nº: 8852/23
DATA DE INÍCIO: 27/09/23
MUNICÍPIO DE MARICÁ: FLS: 25

- Paisagismo, jardinagem, roçada mecanizada, poda de galhos, manutenção de prédios residenciais, prédios públicos e semipúblicos como escolas, hospitais, igrejas, parques municipais, cemitérios, áreas verdes, prédios industriais e comerciais;
- Prestação de serviços de apoio administrativo com fornecimento de mão-de-obra para atendimento;
- Outras obras de engenharia civil não especificadas anteriormente.

III – DO CAPITAL SOCIAL:

CLÁUSULA QUINTA - O capital social da empresa é de R\$ 15.000.000,00 (Quinze milhões de reais), dividido em 150.000 (Cento e cinquenta mil) quotas no valor de R\$ 100,00 (cem reais), capital este totalmente subscrito e integralizado pelo sócio: **GUSTAVO MARTINS DE GODOY**, qualificado no preâmbulo, em moeda corrente do país.

Parágrafo primeiro: As quotas do capital social são indivisíveis perante a empresa e terceiros, não podendo estar representadas por mais de um sócio e, da mesma forma, não poderão ser cedidas, transferidas ou alienadas, inclusive no que refere aos direitos sobre as mesmas, sem o expresse consentimento do Sócio, o qual, em condições de igualdade de preço, terá sempre o direito de preferência proporcionalmente as quotas que possuir.

Parágrafo segundo: As quotas desta empresa e seus respectivos frutos, ficam gravadas com cláusulas de inalienabilidade, impenhorabilidade, incomunicabilidade, e intransferibilidade, sob qualquer forma ou condição, não podendo ser utilizadas pelo sócio para garantir obrigação destes perante terceiros, sendo vedada a penhora das cotas desta empresa (cláusula de impenhorabilidade de cotas) para a garantia de obrigações particulares do sócio até porque nenhum estranho será recebido neste ambiente social sem a concordância deste. Esta vedação impede, inclusive, a inclusão de sócios pela arrematação das cotas em hasta pública, pela adjudicação judicial ou por decorrência de execuções ou qualquer processo judicial contra sócios ou a própria empresa.

Parágrafo terceiro: De acordo com o Art. 1.052 da Lei nº 10.406/02, a responsabilidade do sócio na hipótese de alteração do contrato social para pluralidade de sócios, é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

IV – DA ADMINISTRAÇÃO

CLÁUSULA SEXTA - A administração e a representação da empresa, ativa e passivamente judicial ou extrajudicialmente, será exercida pelo sócio **GUSTAVO MARTINS DE GODOY** de forma isolada.

Parágrafo primeiro: O nome da empresa, só poderá ser usado em negócios e assuntos relacionados com seus objetos sociais, sendo vedado o uso da denominação social em negócios estranhos aos fins sociais e em favor de terceiros, tais como: fianças, avais, endossos e aceites de favor, os quais, se praticados, serão totalmente nulos em relação à empresa, cabendo ao sócio o ônus e a responsabilidade pelo ato praticado.

JUL 27 2023

PREFEITURA DE MARICÁ
PROCESSO Nº: 8852/23
DATA DE INÍCIO: 27/04/23
MUNICÍPIO: MARICÁ FLS: 26

Parágrafo segundo: O sócio poderá nomear procuradores para a empresa, através de instrumento de procuratório contendo expressamente os poderes a serem outorgados e fixação de prazo, dentro do qual os poderes serão exercidos, salvo quando a procuração for para fins de representação em juízo, hipótese em que as procurações serão outorgadas por tempo indeterminado.

Parágrafo terceiro: O sócio administrará a empresa, competindo-lhe sem prejuízo de outras funções legais os seguintes: (a) representar a empresa em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente; (b) administrar e gerir os negócios sociais com amplos, gerais e ilimitados poderes, representando a empresa junto aos órgãos governamentais, repartições públicas, autarquias, empresas públicas privadas ou de economia mista, nas esferas: federal, estadual ou municipal e junto aos cartórios de protestos em todas as suas seções; (c) abrir, movimentar e encerrar quaisquer contas bancárias, depositar e retirar dinheiro, títulos e valores, assinar cheques, ordens de pagamento, requisições de cheques, saques, duplicatas, triplicatas, letras de câmbio, bem como quaisquer documentos atinentes às atividades regulares da empresa; (d) adquirir e alienar em nome da empresa bens móveis e imóveis (e) receber e dar quitação de quantias ou valores; (f) representar a empresa perante quaisquer instituições financeiras e estabelecimentos bancários e toda a sua carteira, bem como ao Banco do Brasil, bolsa de valores, e todos os deveres e poderes necessários à consecução do objeto social.

V - DO EXERCÍCIO SOCIAL

CLÁUSULA SÉTIMA - O exercício social terminará em 31 de dezembro de cada ano, quando então o sócio prestará contas justificadas de sua administração na hipótese de alteração do contrato social para pluralidade de sócios, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, sem prejuízo, entretanto, da apuração mensal dos resultados e, se for o caso, da distribuição dos lucros apurados mensalmente.

Parágrafo primeiro: A Diretoria poderá determinar o levantamento de balanço semestral ou em períodos menores e os sócios que representem a maioria do capital social, deliberarão sobre a distribuição de dividendos com base nos lucros apurados nesses balanços, respeitados os requisitos legais.

VI - DA LIQUIDAÇÃO DA EMPRESA:

CLÁUSULA OITAVA - Em caso de liquidação da empresa, será designado um liquidante, que procederá a todos os atos da liquidação, realizando o ativo e o passivo social, bem como ficará incumbido de liquidar todas as obrigações comerciais, trabalhistas, previdenciárias e fiscais.

VII - DO FALECIMENTO, INCAPACIDADE OU SEPARAÇÃO JUDICIAL E DESEMPEDIMENTOS E DO FORO

CLÁUSULA NONA - Declara o sócio da Empresa para os devidos fins e efeitos de direito que não participa de nenhuma outra pessoa jurídica dessa modalidade e, sob as penas da Lei, o sócio e administrador declara não estar impedido de exercer a administração da empresa, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda

JUL 2023

PREFEITURA DE MARICÁ
PROCESSO Nº: 8852/23
DATA DE INÍCIO: 27/04/23
MUNICÍPIO: MARICÁ FLS: 27

21 03 23

que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade (art. 1.011, § 1º do Código Civil).

CLÁUSULA DÉCIMA - Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou dos sócios remanescentes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - A sociedade entrará em liquidação nos casos previstos em lei, competindo aos quotistas determinar o modo de liquidação e eleger o liquidante que funcionará durante o período de liquidação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - O Foro central da comarca da Capital do Estado de São Paulo será o competente para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato, com a exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Os casos omissos no presente instrumento e não previstos nos artigos 1.052 a 1.087 da Lei 10.406/02 serão regulados, supletivamente, pela Lei 6.404/76.

E, por assim se acharem, justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor.

São Paulo, 28 de março de 2023.


GUSTAVO MARTINS DE GODOY

92000
00 00 00
00

FEITURA DE MARICA
PROCESSO Nº: 8852/23
DATA DE INICIO: 27/04/23
MARICA: FLS: 21

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO
ECONOMICO - JUCESP
NIRE FILIAL
GISELA SIMIEMA CESCHIN
SECRETARIA GERAL
3590652223-3

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO
ECONOMICO - JUCESP
NIRE FILIAL
GISELA SIMIEMA CESCHIN
SECRETARIA GERAL
3590652224-1

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO
ECONOMICO - JUCESP
NIRE FILIAL
GISELA SIMIEMA CESCHIN
SECRETARIA GERAL
3590652225-0

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO
ECONOMICO - JUCESP
NIRE FILIAL
GISELA SIMIEMA CESCHIN
SECRETARIA GERAL
116.649/23-9

JUCESP
31 MAR. 2023

JUCESP
31 MAR. 2023